

Neste primeiro exemplar de 2016, assumindo a sua nova periodicidade (agora quadrimestral), a *Revista Brasileira de História* (RBH) vem a público em conjuntura grave e delicada. Não por acaso, este número 71 intitula-se “Lembraí-vos de 1964”. Em primeiro lugar, como se verá, os artigos aqui reunidos justificam-no. E, claro, o afastamento da presidenta Dilma do exercício do poder para o qual foi eleita conecta-se, inevitavelmente, ao Congresso Nacional votando a vacância da Presidência, em 1964 (sob, aliás, os protestos de Tancredo Neves). Em editorial a 31 de março de 1964, o *Correio da Manhã* afirmou existir apenas uma palavra a dizer ao presidente João Goulart: um sonoro “saia!”. Roberto Marinho, assim como outros barões da imprensa, engrossaram o coro. Militares e civis tomaram o poder, disseram que iam debelar a crise econômica e deter a inflação. Prometeram respeitar as eleições presidenciais previstas para 1965 (nunca acontecidas). O restabelecimento da ordem traria de volta os investimentos externos, garantiram. Já o governador da Guanabara Carlos Lacerda foi festejado como virtual futuro presidente eleito, nas ruas de Copacabana. Se alguém duvidava sobre o consórcio entre civis e militares no Golpe de 64, terá visto no Brasil de hoje, assim como nas nuvens da internet, que civis e militares são uma aliança possível e recorrente. Esse debate historiográfico, que a RBH já publicou, está na ordem do dia.

Da intolerância ao elogio do torturador, vimos uma fila de centenas de homens (e mulheres) pronunciar-se em nome da – própria – família como esteio para o voto a favor do *impeachment* da presidenta Dilma. Oitenta anos depois da primeira edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, os congressistas elegeram seus familiares como pressuposto central para tomar decisões políticas. Dada a mentalidade patriarcal que, até hoje, vigora em suas atitudes, ignoram ativamente que há, por definição, descontinuidade e inclusive oposição entre família (privado) e o Estado (público). O Estado, ensina o

autor, é a transgressão da ordem doméstica, e é por esse modo que a cidadania se constitui. Gilberto Freyre, talvez, será autor talvez banido pela escola sem partido. Foi no escravo negro, escreveu ele em *Sobrados e Mocambos*, que mais ostensivamente desabrochou o sentido de solidariedade mais largo que o de família sob a forma de sentimento de raça e, ao mesmo tempo, de classe, na defesa, não de uma raça apartada, mas dos direitos do trabalhador. Em seu desprezo por tudo que lhes é diverso (gente honesta, trabalhadores, mulheres donas do seu nariz, índios e negros, LGBT), jamais irão entender que o escravo tem importância histórica máxima.

A RBH, por sua vez, ao somar o sistema em rede de submissões de textos à publicação avançada de artigos, sendo também um periódico aberto (ou seja, é livre o ato de ler ou baixar artigos), vem para alimentar o fluxo contínuo da socialização e avaliação do conhecimento científico. Em acréscimo, dado o número de colaborações espontâneas a nós enviadas para avaliação às cegas por pares, a RBH não pautou novos dossiês após decidir-se pela periodicidade quadrimestral. Ao mesmo tempo, tem sido nosso cotidiano a atitude de agilizar o procedimento de receber textos, distribuir a pares, comunicar resultados, revisar, traduzir para o inglês, diagramar e converter artigos para a plataforma XML. E é só aí que podem ser remetidos à Scielo para publicação.

Montado a partir da publicação avançada de artigos, este número se compôs gradativamente. Ao ser fechado, formou-se com oito artigos e cinco resenhas. Seu primeiro artigo, de Matheus Figuinha, sobre o monasticismo de Martinho de Tours e as aristocracias na Gália, é um refinado exercício que examina a confiabilidade de fontes para a interpretação do seu objeto. Sem encontrar indícios claros para corroborá-la, o autor recomenda cautela no seu manuseio; lição preciosa da pesquisa histórica.

De autoria de Fernanda Pandolfi, o segundo artigo, sobre viagem de Pedro I à província de Minas Gerais em 1831, focaliza as interações entre as elites políticas locais e o poder central. O trabalho sugere que o aumento da impopularidade de D. Pedro I, após tal viagem, e sua subsequente abdicação, resultaram muito mais de circunstâncias advindas do aprofundamento da implementação da monarquia constitucional do que propriamente de seu suposto caráter absolutista e antinacional.

“É o doutor que vem aí!": guardas sanitários, relações de trabalho e formação de identidade”, de José Roberto F. Reis, se debruça sobre os

trabalhadores da saúde atuantes nas décadas de 1930 e 1940 com o propósito de problematizar e investigar aspectos relevantes relacionados à sua identidade e à sua experiência profissional.

A rigor, os artigos de Clifford Welch, Carlos Esteve, Marcus Dezemone e Felipe Loureiro poderiam constituir um dossiê sobre o trabalhismo ou o governo Goulart. Fundamentam o título deste número da RBH e constituem, somados ou individualmente, contribuição inédita e original sobre os trabalhadores e a questão agrária, abordando a relação de Getúlio Vargas com a vida rural, sobre posseiros em Goiás, sobre a polêmica lei de remessa de lucros e, por fim, sobre a questão agrária e a derrubada de Jango. São artigos de grande atualidade: direitos trabalhistas no campo, conflitos de terra, empresariado nacional e estrangeiro e complô político.

“Heróis e cultura histórica entre estudantes no Chile” é outro artigo de visível atualidade para qualquer país em cujas escolas e universidades estudam jovens formados em tempos democráticos e distantes do culto a sábios homens brancos. Fabián Calderón, Luis Cerri e Ademir Rosso analisam como estudantes das escolas básicas percebem as imagens dos próceres que personificam a identidade nacional. Se O’Higgins aparece no núcleo central, modificações no significado de herói apontam para Violeta Parra.

Concluindo, a RBH deseja agradecer a todo o pessoal envolvido com seu trabalho, profissional ou voluntário, sua energia e boa vontade. Pablo Serrano e Deivison Amaral concorreram positivamente como assistentes editoriais; com entusiasmo e afincos diários. Armando Olivetti, Eoin O’Neill, Flavio Peralta e Roberta Accurso prestaram serviços profissionais de grande qualidade.

Ficam aqui gravados os agradecimentos ao CNPq e ao Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais da Universidade do Estado da Bahia (PPGHCPs-UNEB).

Antonio Luigi Negro
Universidade Federal da Bahia (UFBA).
Salvador, BA, Brasil.
rbh@anpuh.br